Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano III nº 57
03/07/98 a 16/07/98
Contribuição R$ 1,00

Universidade pública resiste

Arquivo

Greve nas universidades federais deixou claro que o governo quer acabar com o ensino público no país. Paralisação de mais de três meses dos professores e servidores forçou o governo a fazer concessões. Saída para crise da Universidade passa por lutar pelo ensino público e gratuito para todos.

páginas 6, 7 e 8

Professores das federais que realizaram greve de fome

Candidato do PSTU defende reforma agrária sem indenização

páginas 4 e 5

Arquivo

Operários russos querem o fim do governo Yeltsin

Cansados e famintos por causa de meses, e até anos, de salários atrasados, mineiros na Rússia realizam greves, organizam sindicatos e fazem protestos em Moscou pedindo a saída do presidente Yeltsin.

páginas 10 e 11

ESPAÇO ABERTO

Aos companheiros do Opinião Socialista

Na plenária dos apoiadores da candidatura Wladimir Palmeira, realizada no dia 28 de maio, realizei um discurso que o Opinião Socialista (edição 55, "Ida à justiça divide esquerda do PT") resumiu de maneira, digamos, exagerada.

No discurso que fiz naquela plenária, lembrei que o 11° Encontro Nacional do PT, realizado em agosto de 1997, derrotou os defensores das candidaturas Tarso Genro, Cristóvam Buarque, Itamar Franco e Ciro Gomes. Mas o 11° Encontro não definiu o caráter da candidatura Lula, se de esquerda ou de centro-esquerda.

Entre setembro de 1997 e maio de 1998, travou-se uma dura luta no Partido dos Trabalhadores, acerca do caráter da candidatura Lula. Os chamados "radicais" perderam esta batalha nas três frentes em que ela se deu: na mobilização social (que cresceu, mas ficou aquém do necessário), na política de alianças (que em vários estados foi mais ampla do que gostaríamos) e nas definições programáticas.

Em relação ao programa, o Encontro Extraordinário do PT rejeitou a suspensão do pagamento da dívida externa. E não aceitou considerar "legítimas" as ocupações de terra, mesmo sob um governo democrático popular. Isto não quer dizer que Lula não defenda o MST – sobre isto, basta perguntar a opinião de qualquer militante do movimento —, embora é certo que lance uma sombra sobre qual será o comportamento efetivo no governo, diante das ocupações.

A disputa sobre o caráter da candidatura Lula continua em curso. Hoje a considero uma candidatura de centro-esquerda. Só que uma centro-esquerda aparentada com Jospin, e não com Tony Blair (este recebeu o apoio editorial do Financial Times; nenhum grande jornal brasileiro fará o mesmo com Lula).

Sobre o recurso à justiça, por parte dos apoiadores de Wladimir Palmeira: a considerei um erro, apesar de ser o direito burguês (e não a "a justiça burguesa", como me atribui o Opinião Socialista) que impera no partido. O direito burguês considera todos iguais perante a lei; da mesma forma, nos encontros do PT um militante consciente tem o mesmo peso que um filiado que foi arregimentado, transportado para votar e teve sua contribuição paga por terceiros.

Considerei a ida à justiça um erro porque isso divide a esquerda. Na maioria esmagadora dos estados, não existe apoio para a ida à justiça, entre outras coisas porque a militância não passou pela experiência que os cariocas passaram. Assim, ao ir à justiça, os companheiros do Rio escolheram travar uma disputa que não é só sua, num terreno e através de métodos que impedem a unidade da esquerda. E uma esquerda dividida é uma esquerda derrotada.

Valter Pomar

Nota da redação: *Não tivemos qualquer intenção de resumir o discurso e as posições do companheiro no artigo ao qual ele se refere. Nosso objetivo foi apenas o de constatar o fato de que a esquerda petista dividiu-se com a ida à justiça burguesa dos apoiadores de Wladimir Palmeira.*

Lembre-se:
Envie seu e-mail para:
pstu@uol.com.br

Cartas para:
Rua Jorge Tibiriça, 238 – Saúde
CEP 04126-000 São Paulo

Fax: (011) 549-9699 ou 575-6093 ramal 34

Visite nossa home page:
pstu.home.ml.org

O QUE SE VIU

Manifestação dos trabalhadores norte-americanos da General Motors que estão em greve há quase um mês. A greve é contra o plano de reestruturação que inclui demissões e redução de direitos.

O QUE SE DISSE

"Algumas medidas do pacote fiscal foram maldades desnecessárias"

FHC, justificando as suas recentes medidas eleitoreiras que estariam em contradição com o arrocho do pacote de novembro passado. Agora ficamos sabendo que no tal saco de maldades do governo existem as "necessárias" e as "desnecessárias". Na revista *Isto É*, em 1/7/98.

"É a primeira vez que o FMI vem ao Brasil e embarca de volta sem ter tido a necessidade de puxar a orelha de ninguém."

Stanley Fischer, diretor adjunto do FMI. Só faltava. Pagam a dívida externa em dia, remuneram o capital a granel, entregam as teles, os portos etc, destroem serviços e direitos com as reformas. O que mais o FMI poderia querer de FHC? Na revista *Veja*, 1/7/98.

"Nosso projeto é inviável sem a colaboração do setor de vocês."

Tarso Genro, dirigente do PT, durante jantar com os representantes da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) que representa 1.300 indústrias no país. Não somos nós, do PSTU, que estamos dizendo que o projeto da cúpula do PT para governar é inviável sem o apoio da burguesia. Certo? No *Jornal do Brasil* em 29/6/98.

"A frente está de acordo em fazer auditorias com a participação do Ministério Público e, a partir daí, tomar as medidas cabíveis na forma da lei."

José Dirceu, na operação "enquadra Brizola e tranquiliza os capitalistas" na questão da anulação das privatizações. No jornal *Folha de S. Paulo*, em 23/6/98.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Artgraf

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

EQUIPE DE EDIÇÃO
Bernardo Cerdeira, Fernando Silva

EDITORIAL

Candomblé neoliberal

Enquanto Zagalo insiste em Bebeto e o povo – com os olhos e a alma na copa — clama por Denílson, FHC, de olho na reeleição, disse que vai deixar fluir sua parte candomblé, afinal o "povo precisa de carinho".

A verdade é que FHC sentiu seu projeto de reeleição ameaçado, o povo está bravo com as consequências sociais do plano pró-banqueiros e FMI que ele aplica.

Daí, que FHC resolveu botar em marcha e jogar pesado na sua campanha pela reeleição. Para tanto, resolveu abrir o cofre e gastar perto de R$ 14 bilhões em "medidas e obras sociais". Chamar essas medidas de eleitoreiras é pouco. São eleitoreiras, manipuladoras e, pior, serão pagas em dobro pelos trabalhadores e o povo. Não é à toa que a própria classe dominante já especula com a possibilidade de um pacotão ainda mais recessivo pós eleição, caso FHC consiga se reeleger queimando dinheiro agora.

As medidas, é claro, vêm acompanhadas de um verdadeiro bombardeio de toda a mídia: tevês — com a Globo à frente —, rádios, jornais, revistas. Dá-lhe propaganda de FHC! Isso sem falar da publicidade paga (com dinheiro público).

Assim, por estes dias, toda a gente acorda e vai dormir com as dores no joelho do Ronaldinho e com a imagem virtual das frentes de trabalho no Nordeste incorporando todo mundo, a distribuição farta de cestas básicas atendendo os flagelados da seca, as crianças bem limpinhas estudando... Os pobres são a prioridade do real, diz FHC, "deixando fluir sua parte candomblé".

Mas caindo na real, o desemprego continua disparando e o futuro do Brasil, sob a batuta de FHC, será o da miséria, do desemprego, da fome, das chacinas, da submissão ao FMI, enquanto um punhado de ricaços enchem os bolsos.

Então, é ora das organizações dos trabalhadores saírem a campo para desmascararem FHC, seu projeto neoliberal e a burguesia e mobilizarem por emprego, reforma agrária, educação e contra a privatização da Telebrás. É preciso também oferecer uma alternativa, um projeto e um programa corajoso, dos trabalhadores, em alternativa e contraposto ao de FHC e da classe dominante.

A direção majoritária dos trabalhadores – o PT e a Articulação na CUT– vão cada vez mais pela direita (ou para o centro, como eles gostam de chamar). As alianças se ampliam e o programa se rebaixa. Agora, estão tratando de trazer para a Frente Paes de Andrade (já estão apoiando Requião/PMDB para o governo do Paraná) e sonham com Itamar. Agora, já explicitam com o programa o seu objetivo: um capitalismo civilizado. Para não afugentar capitais e empresários, nem se comprometer com 100% de aumento do salário mínimo (o que é uma merreca) eles podem. E mobilização, ação direta, ocupações, nem pensar! O negócio é tranquilizar empresário e mendigar o apoio destes. É assim que Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre, foi conversar com os empresários da Associação Brasileira das Empresas de Máquinas e Equipamentos para dizer que "*sem a colaboração deles o projeto do PT é inviável*".

Os trabalhadores e o povo precisam é de uma nova direção. É preciso insistir na mobilização e na ação direta. E é preciso levantar um programa dos trabalhadores contra FHC.

Wladimir Souza

URGENTE

Volks afasta membro da comissão de fábrica

No dia 23 de junho, o metalúrgico Renan Cavalcante Santana, membro da comissão de fábrica da Volks e também candidato a deputado estadual pelo **PSTU**, foi suspenso para apuração de falta grave podendo ser demitido por justa causa.

Renan foi afastado por realizar assembléias do setor da Kombi, onde os trabalhadores estavam revoltados com uma convocação da empresa para trabalhar no sábado, dia 20 passado. Como os trabalhadores não aceitaram a convocação, a direção da Volks, em represália, afastou imediatamente o membro da comissão de fábrica.

Já havia ocorrido um episódio recente que provocou a ira da direção da multinacional. Foi quando a empresa tentou impor um regime de compensação para os dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo sem ouvir o que pensavam os metalúrgicos. Esta atitude levou a que 9 mil metalúrgicos parassem suas atividades espontaneamente.

A resposta da empresa diante das seguidas revoltas dos metalúrgicos foi punir uma das suas lideranças. Esta punição mostra a face intolerante e autoritária da empresa que mais uma vez fecha os olhos aos reais problemas e reivindicações dos funcionários da Volks.

É preciso ter claro, em primeiro lugar, que a empresa continua tentando atacar as conquistas e os empregos dos trabalhadores. Agora, a empresa ameaça com duas mil demissões com a possível transferência do setor de câmbio para a nova fábrica em Córdoba, na Argentina.

Em segundo lugar, o afastamento de Renan **é um ataque a todos os trabalhadores e à sua organização sindical**. Não se trata de um ataque a um ativista, a um setor. Se passar uma eventual demissão por justa causa de um membro da comissão de fábrica da Volks do ABC, estará aberto o precedente para os patrões atacarem os direitos dos trabalhadores e avançarem, ao mesmo tempo, sobre a sua organização (comissões de fábrica, sindicatos).

Por isso, é necessário e urgente uma campanha unitária de todas as entidades da classe trabalhadora repudiando o afastamento de Renan e exigindo a sua imediata reintegração. Vale registrar que 100 entidades sindicais já enviaram faxes com este caráter para a direção da Volks.

Enviar fax:

Ao Sr. Fernando Tadeu Peres
Diretor de RH da Volkswagen do Brasil
Fax (011) 753-4103

Cópias para:
(011) 242-9610, aos cuidados de Júnia
(011) 242-9607, aos cuidados de Didi

Morreu um dos nossos

Faleceu no último dia 12 de junho, em Porto Alegre, o companheiro Pedro Rockenbach, vítima de câncer do pâncreas. Pedro era militante do PSTU e foi um dos fundadores do partido no Rio Grande do Sul.

Militante socialista de primeira hora, Pedro foi fundador do PT no RS. Foi também diretor da Associação dos Funcionários do BNH. Transferido ao Rio de Janeiro, quando era funcionário da Caixa Econômica Federal, foi diretor da Associação dos Funcionários da CEF/RJ.

Em 1988, Pedro denunciou um rombo na Fundação Previdenciária da CEF. Por esta denúncia, Pedro foi injustamente demitido. O processo de readmissão do falecido companheiro está em fase final no TFR.

Neste triste momento, fazemos nossas as palavras expressas pelo Comando Nacional dos Funcionários da CEF: "Nós, dirigentes sindicais, de APCEF's e membros de base do Comando da CEF, prestamos nossa homenagem ao companheiro Pedro que, independentemente de posições políticas no movimento sindical, consideramos, com o maior respeito e dignidade, um autêntico militante que dedicou sua vida e seus esforços à luta por uma sociedade socialista.

Nesse sentido, exortamos todas entidades bancárias de nosso movimento a fazerem o mesmo, resgatando a trajetória de Pedro e dando continuidade à sua luta(...)."

ENTREVISTA José Galvão, candidato a vice-presidente pelo PSTU

"Reforma agrária prá valer é a que acaba com o latifúndio"

José Galvão de Lima, 45 anos, é camponês. Militante e dirigente do movimento dos trabalhadores rurais do Pará desde o início dos anos 80, Galvão atualmente é membro do Conselho Fiscal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Pará e Amapá (Fetagri).

*Militante do **PSTU** desde a sua fundação, Galvão é o candidato a vice-presidente da República na chapa que tem o metalúrgico José Maria de Almeida como candidato a presidente.*

Galvão foi um dos principais dirigentes da ocupação da agroindústria que pertencia a Goodyear em São Francisco do Pará, que foi desapropriada no final de 1997 em benefício de 250 famílias que já ocupavam a fazenda. Foi por vários anos secretário-geral da Fetagri. Como tal, acompanhou e participou de inúmeras ocupações de terra no sul do Pará. Denunciou incansavelmente a violência do latifúndio contra os trabalhadores rurais, o trabalho escravo, os cemitérios clandestinos, o desaparecimento de pessoas. Foi um dos que denunciaram as atrocidades cometidas na fazenda Jandaia, sul do Pará, onde, além do trabalho escravo, as pessoas eram mortas e seus "miúdos" jogados aos porcos.

Por causa desta trajetória, Galvão vem sendo ameaçado de morte desde 1992, constantemente.

*O vice na chapa do **PSTU** foi um dos fundadores do PT em São Francisco do Pará, mas acabou rompendo com esse partido devido* "a rota anti-classista e conciliadora que o PT adotou", *como ele mesmo nos disse.*

*Após ficar por um tempo sem partido, Galvão aderiu em 1993 ao movimento pela formação de um novo partido. Na ocasião, ele pertencia ao coletivo Liga Socialista (um dos grupos que deram origem ao **PSTU**). Em 1994, Galvão estava presente no congresso de fundação deste novo partido.*

*Nesta entrevista ao **Opinião Socialista**, José Galvão fala do significado da aliança operário-camponesa, da reforma agrária e da escolha do PT do Pará, que abriu mão de uma candidatura própria para apoiar o senador-latifundiário Ademir Andrade.*

Paulinho Almeida

José Galvão

Opinião Socialista – Queria que você fizesse uma primeira consideração sobre a importância de uma chapa numa aliança presidencial com um operário e um camponês.

Galvão – Para mim é muito simples: nós queremos mostrar que é esta aliança de classe que pode levar os trabalhadores ao poder e resolver seus problemas. É esta aliança que pode defender e fazer pra valer a reforma agrária.

O.S. – Já que você entrou no assunto gostaria que você falasse sobre o que é para você a reforma agrária? Até porque em campanha eleitoral parece que todo mundo é a favor, ninguém fala contra. O próprio FHC diz que está fazendo reforma agrária.

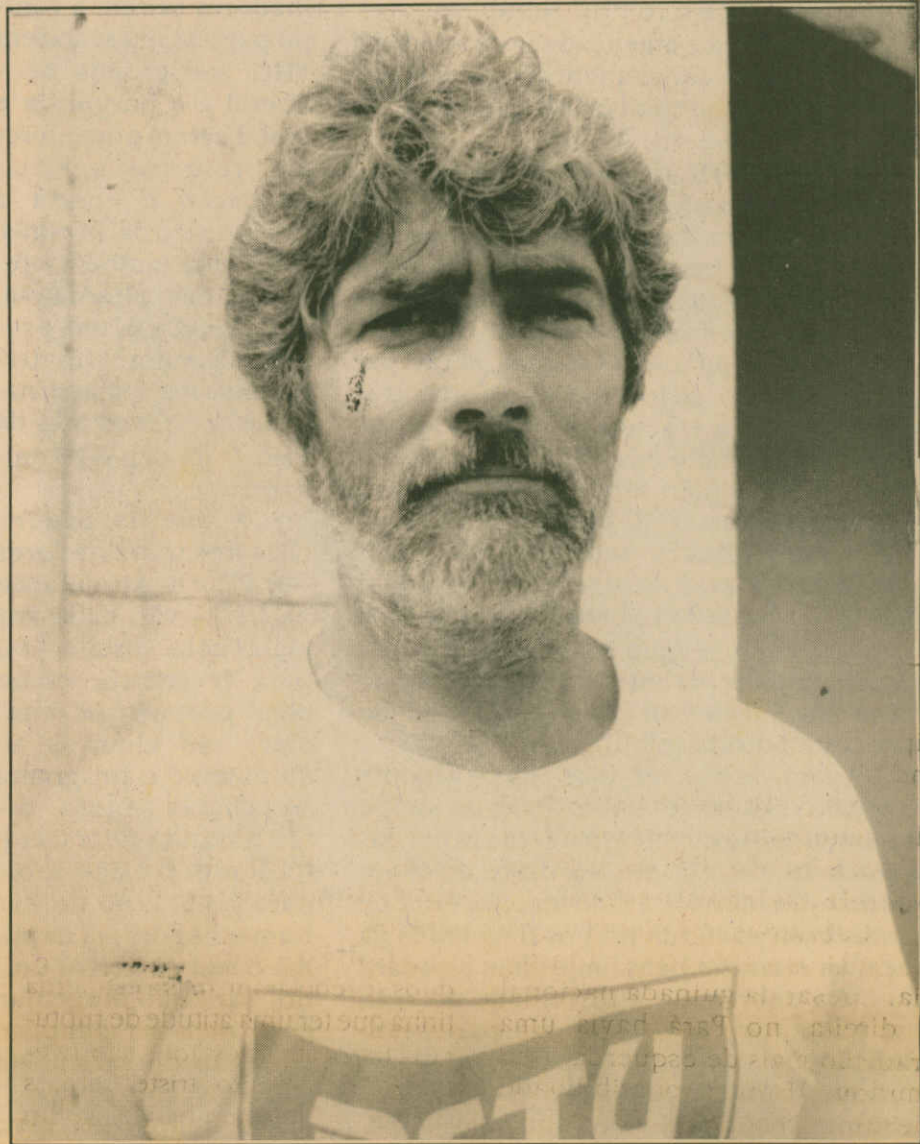
Galvão – Bom, para começar é preciso deixar claro que FHC não está fazendo reforma agrária coisa nenhuma. Ele simplesmente regulamentou áreas que já estavam ocupadas; o governo não assentou um pé de ninguém. O que tem são milhares e milhares de famílias em assentamentos que precisam ser regulamentados, créditos que precisam ser financiados. Essa é a realidade.

A reforma agrária sob o capitalismo não será feita. Porque reforma agrária é um conjunto de medidas que acaba com a fome dos camponeses, das cidades e garante a preservação ambiental. Ela se choca diretamente com o atual sistema de produção e concentração de terras. Mas é fundamental para acabar com a fome.

> **"O governo não assentou um pé de ninguém, só regularizou área ocupada"**

O que tem acontecido é que os seguidos governos e suas leis têm utilizado mecanismos para aumentar esta concentração. Por exemplo, de 1966 a 1992 as propriedades com menos de 100 hectares diminuíram em 15% no Brasil, enquanto que no mesmo período as propriedades com mais de 1.000 hectares aumentaram 55%.

O.S. – Que mecanismos são esses?

Galvão – Um dos mecanismos usados é o de não fornecer as condições básicas de permanência do camponês na terra. Não há acesso às tecnologias, à genética das plantas e animais, e aos equipamentos e maquinários que facilitam a produção. Os avanços nestas áreas estão concentrados nas mãos de poucos, que os usam para especular e enriquecer.

Podemos destacar também o abandono, a falta de justiça, de segurança, de saúde e educação para a população rural.

Outro fator que influencia este processo é a falta de preços mínimos para a produção. Além da falta de um aparato técnico, o produto do pequeno chega mais caro na cidade.

O.S. – Por que isso ocorre?

Galvão – Por exemplo, não há um instituto do Estado que produza semente. Eu tenho que comprá-la de um grande grupo como a Cargil; pago caro a semente. Ainda assim eu vou ter dificuldades na preparação da terra. Eu não tenho os acessórios para preparar o solo para esta determinada semente que eu comprei. E portanto não sei como vai ser minha produção e seguramente não vai ter a qualidade para competir com o produto que foi trabalhado por grandes grupos que concentram o maquinário e os recursos.

> **"Contra o latifundio você não faz reforma agrária com canetada"**

O.S. – Quer dizer, a concentração aqui não é só de terras, é também de recursos e tecnologia?

Galvão – Com certeza. E o resultado é que os trabalhadores fogem do campo e vão para as cidades e ali se defrontaram com a fome, a miséria, o desemprego e a marginalidade.

Disso tudo fica claro que a reforma agrária não é possível de ser feita junto com o latifúndio e os grandes grupos capitalistas. A reforma agrária é anticapitalista e com o controle social, econômico e político exercido pelos trabalhadores.

O.S. – Sendo assim, dá para imaginar que você não acredita na afirmação de Lula quando disse que faria uma reforma agrária no Brasil com uma canetada.

Galvão – Isso não existe, contra o latifúndio você não faz uma reforma agrária com canetada coisa nenhuma, é conversa. Pior ainda é que no caso do Lula ele está em aliança com setores do latifúndio, como é o caso do Brizola e do Ademir Andrade no Pará.

Agora, depende do ponto de vista. Se for uma reforma agrária estilo FHC você até faz com canetada. Mas é desse

Paulinho Almeida

Galvão com trabalhadores da agro indústria em S. Francisco do Pará

tipo que não resolve o problema.

O.S. – Mudando um pouco de assunto, como você analisa a decisão do PT de apoiar Ademir Andrade no Pará?

Galvão – O PT cometeu um dos maiores erros da sua história. Apesar da guinada nacional à direita, no Pará havia uma tradição mais de esquerda. Isso mudou. Havia a possibilidade de uma frente classista no campo da esquerda. A própria convenção do PT apontava para o lançamento de uma candidatura própria, de uma mulher trabalhadora, a bancária Ana Júlia.

Mas prevaleceu o interesse da cúpula do PT que foi para lá e mudou essa política. O que eles chamam de engenharia política é na verdade a aliança com um setor do latifúndio.

O.S. — Quem é Ademir Andrade?

Galvão – Ele é senador pelo PSB e latifundiário do estado. Defende sem hesitar os interesses do latifúndio. Ajudou a eleger Almir Gabriel e seu partido foi parte do governo com secretarias e tudo.

Sabe o que acontece quando ele vai visitar o sul do Pará? Ele procura em primeiro lugar o Sinproduz, o sindicato dos latifundiários daquela região, se reúne com eles e sai na defesa deste setor. O MST de lá não aceita conversar com ele, e foi quem denunciou esta atitude deste senhor.

Bom, diante disso, nós fomos para uma alternativa classista e lançamos candidatura própria no Estado (*a candidata do **PSTU** ao governo do estado do Pará é a funcionária do Judiciário Cacilda Pinto*).

"Acho triste a esquerda do PT ir pedir voto para latifundiário do Pará"

O.S. – Pelo que sabemos aqui, a esquerda do PT aceitou esta situação. O que você acha disso?

Galvão – Sim, alguns indivíduos se rebelaram, mas a esquerda tinha que ter uma atitude de ruptura clara nesta questão e não tiveram. Acho muito triste setores combativos como a Corrente Socialista dos Trabalhadores irem às ruas chamar os trabalhadores a votar num latifundiário.

Não há meio termo. Podiam, claro, fazer a campanha por Lula presidente, mas tinham que se rebelar em relação ao candidato a governo do estado, pois aqui não tem desculpa. Até porque há no estado uma candidatura de esquerda ao governo. Não há disciplina partidária que justifique você ir ao trabalhador e pedir o voto dele num latifundiário.

O.S. – Você quer fazer mais alguma consideração?

Galvão – Sim, quero fazer uma denúncia contra o Banco Real, que está ameaçando de morte e reprimindo os trabalhadores da sua fazenda de produção de dendê na PA 150, estrada que vai em direção ao sul do estado.

Há várias denúncias de trabalho precário, semi-escravo e até de desaparecimentos. Os dirigentes sindicais rurais são espancados e não conseguem entrar na fazenda. É outro grupo que vive na base de benefícios com isenções fiscais.

Nós estamos fazendo um chamado desde o Pará para que os trabalhadores que tiverem conta neste banco fechem-na. É uma forma de solidariedade.

"Indenização compensa o latifúndio"

O.S. – Você é a favor de indenizar o latifúndio que for desapropriado para fins de reforma agrária?

Galvão – Não. A indenização é mais uma forma de compensar o latifúndio. Vou dar o exemplo da fazenda Marathon que nós ocupamos em São Francisco do Pará. É uma área de 4.500 hectares que pertencia a multinacional Goodyear que estava lá desde a época do Getúlio Vargas. Para se instalar nessa área e extrair a borracha, eles receberam 20 anos de isenção fiscal.

Quando completaram estes 20 anos, ela mudou a razão social para Paracravea, apresentou um projeto e entrou na Sudam para obter recursos e continuou mais 18 anos às custas de recursos da Sudam. Foram mais ou menos US$ 17 milhões.

Quando ela encerrou o projeto o que fez a multinacional? Ela pegou mais 38 anos de incentivos fiscais, vendeu o projeto para o grupo BCN (que por sua vez já tinha repassado para outro grupo quando da ocupação) e os trabalhadores ficaram na mão.

O.S. – E o governo acabou indenizando após a desapropriação?

Galvão – Sim. E é importante saber que quando a multinacional estava lá vigorava a super-exploração, você tinha que trabalhar dois dias para ganhar uma diária. Ou seja, a terra recentemente estava a serviço da especulação. Antes era da super-exploração do trabalho e dos recursos da nação. Os trabalhadores ocuparam, o governo desapropriou e indenizou. Tinha que ser o oposto, o governo é que tinha que pedir indenização depois do que foi feito.

"Tinha que ser o oposto, o governo é que tinha que pedir indenização"

Defendo a desapropriação sem qualquer indenização. E no caso dos grandes grupos capitalistas que atuam no campo (banco Bradesco, Real etc), o termo certo é expropriação.

Este dinheiro que vai para a indenização deveria ser utilizado para desenvolver a reforma agrária, garantir assessoria técnica, maquinário e investimentos em infra-estrutura para melhorar as condições de vida no campo.

Arquivo

Galvão continua ameaçado de morte

O candidato a vice-presidente pelo PSTU foi mais uma vez ameaçado de morte. Os latifundiários da região de São Francisco do Pará se articularam e decidiram contratar um grupo de extermínio para matar Galvão e o seu irmão.

Depois de participar da ocupação da ex-fazenda da Goodyear e da fazenda Copiúba, Galvão e os dirigentes do MST continuaram a fazer um levantamento dos sem-terra da região nordeste do Estado. A resposta do latifúndio local não poderia ser outra: extermínio das lideranças. Galvão não tem dúvidas: *"a política deles é matar"*.

Além da denúncia, é necessário iniciar desde já uma campanha nacional unitária pela defesa da vida de José Galvão e de todas as lideranças locais ameaçadas. É necessário exigir que o Estado dê garantia de vida aos trabalhadores rurais. É preciso exigir a prisão e a punição dos assassinos contratados e seus chefes, os latifundiários da região.

MOVIMENTO

Greve mostrou resistência da Universidade pública

Chico Porto,
da redação

Até o fechamento desta edição, o comando nacional de greve da Andes estava orientando a manutenção da greve nacional. O comando dos servidores, estudantes e professores de 1º e 2º graus (Fasubra/Sinasefe/Estudantes) orientava para avaliação nas assembléias de base a proposta de retorno às atividades, com suspensão do movimento a partir de segunda-feira, 6 de julho.

No último dia 1º de julho foi aprovado no Senado o projeto de Gratificação de Estímulo à Docência (GED) que no dia 30 de junho passou pela Câmara dos Deputados. FHC e Paulo Renato com a conivência do bloco de oposição conseguiram impor através do Congresso Nacional mais uma pedra no caminho do ensino público e da universidade neste país.

Contribuiu para a aprovação do projeto do governo a postura do novo presidente da Andes, Renato Oliveira, que contrariamente à disposição do comando de greve e da categoria, saiu fazendo acordo com o governo e defendendo, também por fora do comando, o fim da greve. Na terça-feira, dia 30, passou o dia fazendo acordos no Congresso, ao lado de Vicentinho, presidente da CUT.

Para os professores, o governo teve que fazer uma pequena concessão salarial com o projeto aprovado, embora os servidores das universidades não estejam contemplados. O projeto aprovado discrimina os aposentados, contempla um reajuste salarial para apenas um setor dos professores universitários, e somente para esses, excluindo o conjunto dos funcionários e os professores de 1º e 2º graus.

Não bastasse este desrespeito a estes funcionários e professores aos quais sobram apenas uma parte dos 28,8% que todo o funcionalismo tem direito, o vital é que essa GED "*aprofunda o ataque a universidade pública e gratuita ao instituir elementos de produtividade atrelados à horas de trabalho em sala de aula*", avalia a professora universitária da Universidade Federal Fluminense, Marina Barbosa, membro do comando nacional de greve da Andes e militante do **PSTU.**

Para Marina, *"o movimento não é contra a avaliação, até porque todos os professores já são avaliados a cada dois anos. O que não é possível é uma vinculação de avaliação com gratificação, muito menos em hora aula. Porque a Universidade não é só isso, ela também tem que ser pesquisa e extensão. Elementos de produtividade atrelados à horas de trabalho em sala de aula, destroem a Universidade."*

Este projeto foi rejeitado pelo movimento, que defendia a aprovação do substitutivo apoiado pela Andes, bem como a apresentação de instrumentos legais que garantissem a apresentação e apreciação de propostas que contemplassem os trabalhadores das bases da Fasubra (técnico-administrativos das federais) e os trabalhadores dos 1º e 2º graus do serviço público federal, até então excluídos de qualquer proposta por parte do MEC.

Esta greve, ao longo de três meses, estabeleceu um forte processo de resistência em defesa da educação pública. Desde o início, com um enorme apoio popular ao movimento, passando pela unificação nos comandos de greve locais, e nas ações de radicalização, com ocupações de várias Delegacias do MEC, demonstrou-se o acerto da deflagração deste movimento, que levou ao aprofundamento do questionamento ao governo, e se configurou num dos elementos que contribuíram para a queda de FHC nas pesquisas.

Esta é uma queda que nem a divulgação deformada do anúncio do pagamento de parcela dos 28.86% consegue alterar.

Alan Marques

ACM discute com membros do comando de greve da Andes

Seguir a luta

Independente do resultado das assembléias de base que estarão acontecendo, este processo de resistência desencadeado precisa ter continuidade com ou sem a greve. Para isto, é preciso manter uma jornada de lutas em defesa da Educação, em torno ao eixo construído *"Educação, não deixe que apaguem esta chama"*, com a construção de dias de luta, manifestações de rua, julgamentos populares e demais iniciativas que permitam-nos manter a ofensiva no processo de resistência ao projeto do governo. (C.P.)

Bloco de oposição foi conivente

O bloco de oposição formado pelo PT, PCdoB, PSB e PDT foi conivente com a aprovação do projeto pelo governo. No dia 24 de junho, os parlamentares do bloco permitiram, por acordo, a aprovação do projeto de urgência urgentíssima para o projeto do governo. O quórum da sessão estava nas mãos do bloco. Num fato inédito que causou vergonha a muitos militantes do PT no movimento, os parlamentares do PT tiveram que ser pressionados para acatar o que era uma deliberação do comando de greve -- a de que a oposição deveria ficar na obstrução.

Professores, funcionários e estudantes se aglutinaram próximo ao local onde estavam reunidos os deputados do PT que ao final, mesmo sob a pressão de palavras de ordem, resolveram que não iriam obstruir, numa votação interna de 13 a 11 na bancada. Só depois que o deputado Lindberg Farias do **PSTU** fez um chamado à unidade em defesa do que haviam aprovado os comandos de greve, o PT enfim mudou de opinião. Na hora da votação, passou à obstrução sendo seguido pelos demais partidos do bloco e assim se barrou a aprovação do projeto do governo nesta data.

Entretanto, no último dia 30, a mesma crise se repetiu. Em sua reunião interna, a bancada do PT decidiu por 16 à 13 pelo voto contra o projeto, ao invés da sua obstrução, o que permitiria assim ao governo aprová-lo por maioria. O governou aprovou o projeto com 323 deputados presentes, o bloco de oposição tem aproximadamente 100 parlamentares e o quórum mínimo era de 257 deputados.

O deputado Lindberg Farias ao contrário, mais uma vez demonstrou coerência e determinação em tentar inviabilizar a votação do projeto do governo. Lindberg manteve a defesa da obstrução e solicitou votação nominal.

Mas o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, passou o trator, desconsiderando o pedido de votação. **(C.P.)**

Nicinha Durans

Paseata de estudantes da Universidade Federal do Maranhão

Reforma quer acabar com ensino gratuito

Euclides de Agrela, diretor licenciado da UNE

Não é exagero afirmar que a PEC 370, que regulamenta a reforma universitária, é o maior ataque ao ensino superior público e gratuito desde os acordos do MEC-USAID. Com ela FHC atacará o caráter de instituições universitárias baseadas no trinômio do Ensino-Pesquisa-Extensão e a gratuidade do ensino nas universidades públicas. Privilegiará o repasse de verbas aos "Centros de Excelência", voltados para a pesquisa de ponta a serviço das grandes empresas transnacionais e nacionais. A maioria dos jovens que desejem cursar o 3º grau serão destinados aos "Centros Universitários", com seus programas breves voltados para as "aplicações práticas".

O governo pretendia votar ainda este ano a PEC 370. No entanto, a greve das universidades federais paralisou este objetivo.

Mas, quais são os objetivos centrais do governo com a reforma do ensino superior?

1. Transformar as atuais universidades em "entidades administrativas autônomas". O MEC pretende realizar a desregulamentação das instituições federais de ensino superior, comprometendo seu caráter de instituições estatais.

2. Estabelecer o Orçamento Global. Este tipo de orçamento estará estreitamente vinculado ao desempenho de produtividade e aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC. Via o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que inclui o Exame Nacional de Cursos e a Avaliação Docente, através do sistema de gratificações estabelecido pelo GED.

3. Acabar com o Regime Jurídico Único dos professores e funcionários das universidades federais, com a estabilidade no emprego e várias das conquistas sociais do funcionalismo, criando um Regime Jurídico Especial para os servidores, ativos e inativos, de responsabilidade de cada instituição. Este regime jurídico especial estipula a autonomia na contratação, dispensa de pessoal e no estabelecimento de níveis de remuneração, precarizando as relações de trabalho.

Precarizar as relações de trabalho é um dos objetivos de FHC

4. Criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, que ao deter 75% das verbas destinadas ao ensino superior, vai assegurar a distribuição dos recursos públicos apenas àquelas universidades que se adaptarem à reforma educacional proposta pelo governo.

5. Estipular uma verba federal exclusiva para o Crédito Educativo, estabelecendo que 10% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior serão destinados para este fim. Fica claro aqui que o governo, a partir da prória PEC já fundamenta as bases para o fim da gratuidade.

6. Estender a autonomia universitária e a liberdade para ampliar ou restringir vagas, abrir ou fechar cursos às instituições de ensino superior não-universitárias. Busca-se assim, beneficiar os donos de faculdades que sempre lutaram para poder ampliar suas "empresas" sem nenhuma regulamentação.

Por fim, enganam-se aqueles que pensam que as medidas propostas pela PEC terão efeito somente sobre as universidades federais.

Não nos esqueçamos que a primeira Universidade transformada numa "organização social de direito privado" foi a Universidade Estadual de Tocantins.

Educação pública e gratuita para todos!

Frente da crise das universidades públicas é mais do que urgente a necessidade de levantar um programa em defesa do ensino superior público e gratuito para todos. A cada mudança prevista pela Reforma Universitária apresentamos aqui nossa resposta programática:

1. Não à transformação das universidades públicas em entidades administrativas autônomas de direito privado! Anulação da privatização da Universidade de Tocantins! Em defesa do caráter público e gratuito e do financiamento estatal das universidades federais e estaduais!

2. Financiamento integral da Educação pelo Estado. Não à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior! Garantia da aplicação plena e direta dos 18% das verbas da União e 25% dos Estados e Municípios para a Educação controladas pelos organismos dos trabalhadores!

3. Não à vinculação do repasse de verbas aos padrões de qualidade e produtividade estabelecidos pelo MEC! Abaixo a proposta de Orçamento Global vinculado à Avaliação Institucional! Garantia do repasse de verbas de acordo com o orçamento discutido e aprovado democraticamente pela comunidade universitária!

Democratizar a Universidade

4. Não à criação de um Regime Jurídico Especial de responsabilidade de cada universidade! Em defesa do Regime Jurídico Único dos professores e funcionários das universidades públicas e de seu caráter de servidores da União e Estados! Em defesa da estabilidade no emprego dos docentes e servidores e de todas as suas conquistas sociais!

5. Em defesa da verdadeira autonomia universitária: didático-pedagógica, administrativa e da gestão financeira. Abaixo à Inspeção Escolar! Fim do Exame Nacional de Cursos! Não à avaliação docente através do sistema de gratificações estabelecido pelo GED! Eleições livres e diretas para Reitor! Órgãos colegiados paritários democraticamente eleitos entre os estudantes, professores e funcionários.

6. Plena liberdade de pesquisa científica e do uso do conhecimento. Contra a privatização das descobertas científicas! Abaixo a Lei das Patentes!

Estatização da rede particular

7. Assistência médico-odontológica e social (restaurante e moradia estudantil) gratuitas.

8. Fim do Crédito Educativo! Estatização de toda a rede particular sob controle da comunidade universitária. Aumento geral de vagas, garantindo o acesso à educação superior pública e gratuita para todos.

9. Por uma universidade baseada no trinômio ensino-pesquisa-extensão, que garanta ensino da cultura, do conhecimento e da ciência; onde a produção científica e tecnológica seja voltada para melhorar a vida das amplas massas trabalhadoras.

Nicinha Durans

D E B A T E *Professor da Universidade de Alagoas defende legitimidade do movimento*

Devem as Universidades federais fazer greve?

Sérgio Lessa,
Professor de filosofia da Universidade Federal de Alagoas e membro do PSTU

Mais uma vez as universidades federais realizam uma greve. E, como sempre, uma vez mais discute-se se a greve é um instrumento legítimo de luta para os servidores públicos.

Nessa discussão, na maior parte das vezes questiona-se se é "correto" os funcionários públicos entrarem em greve. Gostaríamos de fazer algumas ponderações acerca deste questionamento: é ética, moral e politicamente correto que serviços públicos sejam paralisados por uma greve do funcionalismo?

Algumas pessoas têm respondido taxativamente que não. Argumentam elas que, por serem financiados pela sociedade, os serviços públicos, ao fazerem greve, punem não ao governo, mas sim ao povo que os financia. Contudo, examinemos com cuidado esse argumento. Vejamos:

1) Quem financia os serviços públicos?

Os serviços públicos são financiados pelo Estado. Este impõs de forma arbitrária e autoritária, correspondente ao seu caráter de classe, a extorsão, sob a forma de impostos, de parte da riqueza que fica com os trabalhadores, e parte da renda do capital para, entre outras coisas, pagar os serviços públicos.

Greve nos serviços públicos não é contra a população

Os serviços públicos (entre eles a Universidade) são expressão da tendência intrínseca ao capitalismo de utilizar a mediação do Estado para financiar determinados custos da produção de mercadorias, principalmente na reprodução da força-de-trabalho. De modo algum são eles expressão das autênticas e reais necessidades dos trabalhadores que, ao fim e ao cabo, produzem tanto o capital quanto os seus próprios salários. Por isso, a greve nos serviços públicos não é contra a população, mas contra as políticas públicas de um Estado que não reflete as autênticas necessidades dos verdadeiros produtores da riqueza social.

A greve dos servidores públicos apenas seria uma greve contra a população em uma única hipótese: se, tal como queriam os nazistas, houvesse identidade entre Estado e sociedade civil. Nem sequer o neoliberal mais ortodoxo defensor das políticas públicas de FHC ousaria postular tal hipótese com todas as letras.

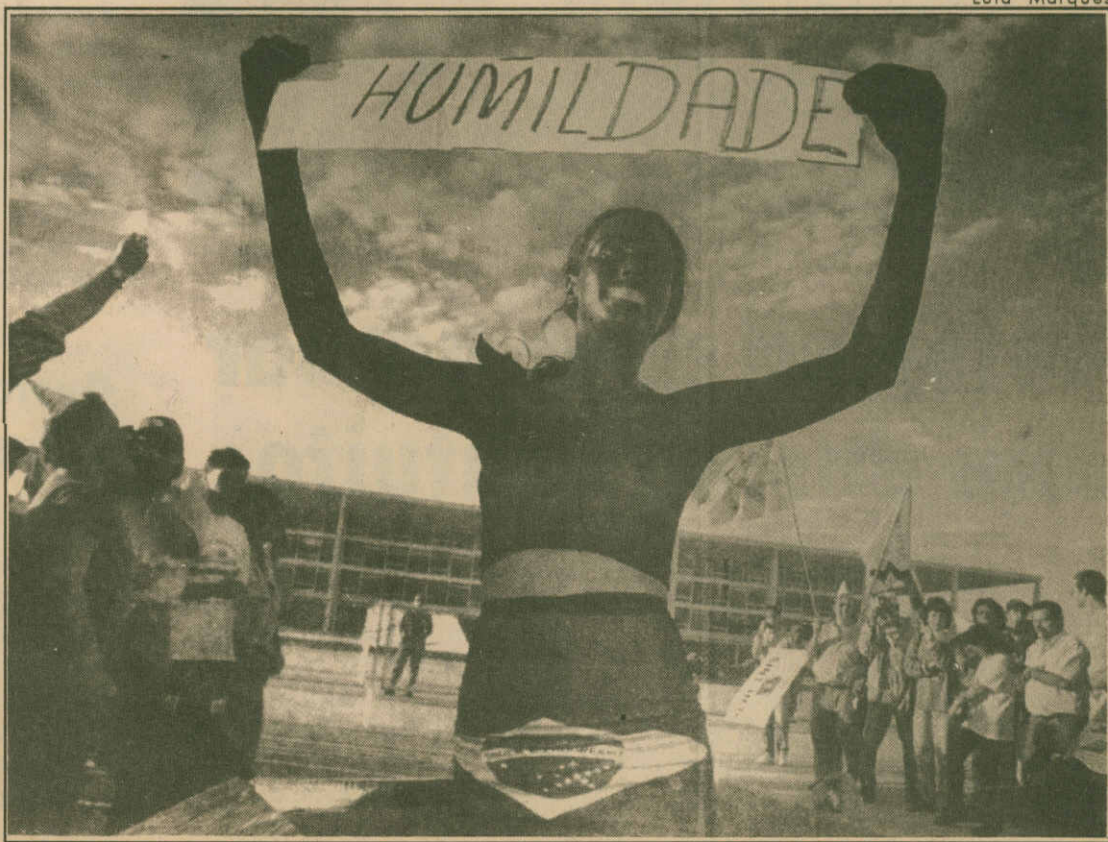
2) Qual a relação do Estado com a sociedade?

A relação entre Estado e sociedade civil varia muito ao longo do tempo. Contudo, em todas as variações algo permanece fixo nessa relação: o Estado é sempre a expressão dos interesses mais gerais das classes dominantes. Instrumento de opressão, historicamente constituído e indispensável para a reprodução da exploração do homem pelo homem, o Estado jamais foi expressão neutra dos "interesses globais" da sociedade. Por um lado, porque esses "interesses gerais" são uma ficção: numa sociedade de classes há interesses antagônicos que determinam de modo predominante a evolução social. Se há interesses gerais, estes são parciais e não exercem influxo decisivo sobre a evolução da sociedade.

Por outro lado, porque nem mesmo entre as classes dominantes pode haver um interesse geral. Divididas e cindidas pelas relações concorrenciais de mercado, as classes dominantes se subdividem em grupos e setores econômicos que disputam entre si. O Estado surge, nas sociedades contemporâneas, como mediação política indispensável para evitar que esses interesses diversos terminem por impossibilitar a própria reprodução ampliada do capital. É por isso, e não porque seja uma esfera mediadora neutra, que o estado pode pontualmente desagradar esse ou aquele setor das classes dominantes na sua função social de garantir a reprodução global do sistema.

Luta pela Educação pública une todos os trabalhadores

Os funcionários públicos, na sua luta contra o Estado, podem vir a representar, em determinadas situações históricas, reivindicações autênticas das legítimas necessidades dos trabalhadores não atendidas pelo governo federal. A luta contra a transformação da educação num grande e lucrativo "negócio" para os capitalistas privados certamente é, hoje, uma dessas situações em que há identidade entre os servidores públicos federais e os trabalhadores.

Lula Marques

Estudantes protestam em Brasília contra FHC durante greve das federais

Em suma, como a função social dos serviços públicos é atender às necessidades de reprodução no sistema global do capital e não às necessidades humano-sociais dos trabalhadores, e como entre Estado e as classes que produzem a riqueza nacional há, longe de uma identidade, uma relação de dominação; por essas razões estruturais a greve dos serviços públicos é antes uma luta contra o Estado que contra a população. E, no caso da greve atual das Universidades, é uma luta pela manutenção e melhoria da Educação.

Greve nas federais são legítimas sob todos os pontos de vista

3) Por fim, qual a relação entre o Estado e os funcionários públicos? Alguém duvida que seja uma relação salarial na qual, como toda relação desse tipo, tenta-se tirar o máximo de produtividade com o mínimo de salário?

Diminuir o "custo Brasil" não significa, também, baratear a burocracia e os serviços públicos de tal modo a aumentar a competitividade do produto nacional? E esse barateamento não passa, também, pelo corte nos salários dos funcionários públicos e pela retirada de verbas de serviços essenciais como Saúde e Educação, condição necessária para aumentar a lucratividade do sistema do capital no seu todo?

Por esse motivo é que a greve dos funcionários públicos é tão necessária quanto a dos trabalhadores das empresas privadas. Ainda que os funcionários públicos tenham a mediação do Estado entre o capital e o seu trabalho, são trabalhadores como outro qualquer. Como todo e qualquer trabalho podem ter seus salários rebaixados a um patamar inferior à sua reprodução enquanto força-de-trabalho se não lutarem, com a greve inclusive, pelos seus interesses econômicos.

Por todas essas razões, que dizem respeito ao cerne da sociedade contemporânea e não apenas a um ou outro traço conjuntural, é que a greve dos servidores públicos não é contra a "população". Pelo contrário, muitas vezes, como no caso da atual greve das universidades federais, são movimentos em defesa dos interesses mais legítimos dos trabalhadores, no caso, o ensino público gratuito, democrático e de qualidade. E, por isso, são movimentos legítimos sob todos os pontos de vista, inclusive da moral e da ética.

Produção da General Motors está paralisada em 26 unidades

Greve na GM enfrenta cortes e demissões

Clara Paulino, de São Paulo

Em 5 de junho, cerca de 9.200 metalúrgicos de duas fábricas da General Motors (GM), em Flint, Michigan, Estados Unidos (EUA), entraram em greve para reivindicar a manutenção de conquistas, como ter um expediente de 6 horas e 30 minutos e ganhar por oito horas. A greve também é para tentar impedir a demissão de 2.500 trabalhadores, que seriam substituídos por empregados de empresas terceirizadas e para exigir mais investimentos em segurança no trabalho.

As fábricas de Flint produzem capôs, barras de proteção, filtros de ar e de óleo, sensores eletrônicos e de segurança para várias outras unidades da GM na América do Norte. São 29 unidades, entre EUA, Canadá e México que dependem do fornecimento de peças das plantas de Flint para manter o andamento da produção.

A greve em Flint resultou num efeito dominó, que foi parando as outras fábricas. Quando fechávamos a edição deste jornal, já existiam 26 unidades paralisadas, com mais de 160 mil trabalhadores de braços cruzados.

A direção da GM alega que precisa tornar a empresa mais competitiva e que, portanto, é necessário flexibilizar, ou seja, precarizar as condições de trabalho para garantir maior competitividade. Os dois últimos presidentes de operações da GM em território brasileiro, G. Richard Wagoner Jr. E Mark Hogan, agora dirigem a GM na América do Norte e tentam aplicar lá medidas que, segundo eles, deram certo no Brasil.

Para o sindicato nacional dos metalúrgicos americanos, a United Auto Workers (UAW), tais medidas se aplicadas, reduzirão o número de trabalhadores na linha de montagem e acabarão com conquistas adquiridas.

A GM calcula que a paralisação de suas plantas já implica em perda de US$ 1 bilhão. Diante do conflito, a direção da empresa enviou memorando às suas unidades do mundo todo, pedindo um corte radical nas despesas para amenizar o impacto econômico do movimento.

Apesar das perdas econômicas, a GM não demonstra pressa em assinar um acordo com a direção da UAW. Em 28 de junho, a empresa entrou em suas férias coletivas anuais de duas semanas. O impasse, portanto, não deve ser resolvido antes do final da primeira quinzena de julho. A GM, para negociar, busca impor e obter da direção da UAW um compromisso para aumentar os índices de produtividade de suas fábricas, reduzindo ao máximo os custos com mão-de-obra.

AP

Protestos de grevistas da GM em Flint

Modelo gera contradição para os patrões

Em julho de 1997, a GM encabeçou a lista das quinhentas maiores empresas do mundo, feita pela revista *Fortune*. A montadora americana teve uma receita de US$ 168,4 bilhões no ano de 1996.

Para garantir a produtividade da empresa, a GM fragmentou sua produção. Hoje, a produção das peças de seus automóveis é feita em regiões onde há menor custo com mão-de-obra e com infra-estrutura. Em várias de suas unidades, a GM utiliza o modelo de produção japonês, que inclui técnicas como o *just-in-time*, isto é, trabalhar com estoque mínimo que atenda somente a demanda imediata do mercado.

A greve nas unidade de Flint, porém, ressalta uma das contradições da política de reestruturação da produção adotada pela direção da GM. Para uma unidade funcionar, ela depende do fornecimento de peças de outra. Logo, quando uma pára, as outras são forçadas a interromper a produção.

Para implantar às últimas conseqüências esse modelo de produção, a GM também precisa acabar com as conquistas trabalhistas dos metalúrgicos daquele país. Lá, os operários da GM têm emprego garantido até a aposentadoria, trabalham seis horas e meia, recebendo salários por oito, enfim, ao longo de anos obtiveram conquistas que hoje a empresa quer cortar de toda forma, para diminuir seus custos e enfrentar em melhores condições seus concorrentes. Nesses últimos cinco anos, os operários da GM vêm lutando contra esses cortes e já protagonizaram 16 greves. (C.P.)

Metalúrgicos de São José apóiam greve

Desde que a greve dos operários americanos começou, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, no interior de São Paulo, vem desenvolvendo uma campanha de solidariedade ao movimento.

No interior da GM daquela cidade, os sindicalistas explicam aos operários a importância da luta dos norte-americanos. Em 30 junho, cerca de 100 eletricistas da GM realizaram um ato em frente a Justiça do Trabalho para reivindicar 30% de aumento nos salários, referentes a periculosidade. Os trabalhadores também aproveitaram para manifestar sua solidariedade à luta dos metalúrgicos dos EUA.

O empregado da GM e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luís Carlos Prates, o Mancha, explica que a luta dos trabalhadores dos EUA é a mesma dos brasileiros. "*Lá, os operários estão enfrentando os patrões e o sistema capitalista que tentam manter suas margens de lucro às custas de mais sacrifício dos trabalhadores. São os mesmos ataques contra os quais lutamos aqui no Brasil*", esclarece.

Em 1990, a GM produziu 230 mil carros no Brasil, utilizando o trabalho de 23 mil operários. Já em 1997 foram produzidos 485 mil carros, com 21 mil operários. Nesse período ocorreu uma redução de 13% na mão-de-obra e um aumento de 170% na produção. "*Todas as mudanças feitas pela direção da GM na estrutura da empresa foram e são para aumentar a produtividade e reduzir os gastos com mão-de-obra*", afirma Mancha.

Segundo o sindicalista, a contradição enfrentada pelos patrões, ao implantarem um modelo de produção mundializado, deve e pode ser aproveitada pelos trabalhadores. "*Através de um sindicalismo combativo e não de parceiria, que leve às últimas conseqüências as reivindicações dos trabalhadores, é possível explorar esta contradição, fortalecendo a organização da categoria*", declara. **(C.P.)**

RÚSSIA *Trabalhadores ficam até três anos sem salários*

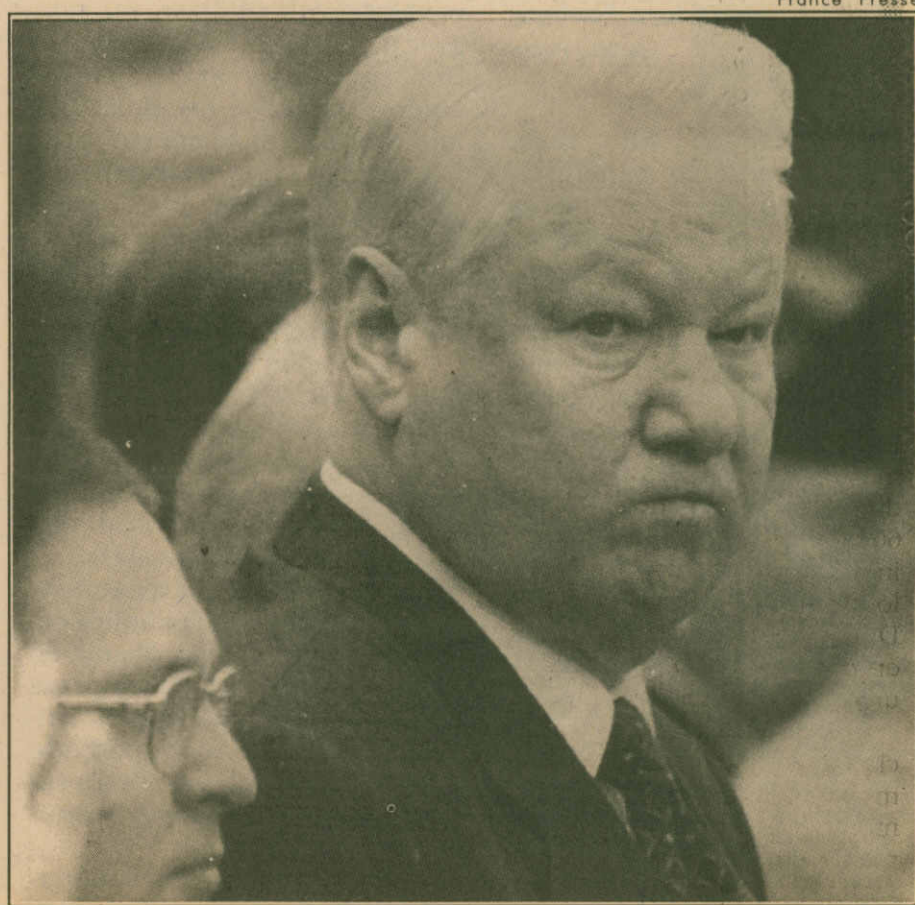
Capitalismo russo já nasceu podre

A Rússia é vista como a bola da vez na crise da economia mundial. Violentas quedas nas ações da bolsa de Moscou, desvalorização da moeda, medidas bruscas como aumento nas taxas de juros passaram também a ser realidade no recente capitalismo russo. Mas a crise neste gigante vai muito além dos abalos nas suas bolsas de valores. Há por trás uma séria crise política (que já levou a queda de todo o gabinete de Yeltsin no semestre passado) e social, com uma séria resistência da classe operária russa que não tem aceitado a realidade dos quatro, cinco, nove meses e até... 3 anos de salários atrasados! Por isso, começaram a protagonizar greves e mobilizações importantes.

O que está sendo caracterizado na imprensa mundial como o "terremoto político na Rússia" é a expressão de uma profunda instabilidade em que se desenvolve a restauração capitalista naquele país. Simplesmente as classes dominantes russas não estão sendo capazes de estabilizar um elemento básico na relação capitalista: o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário.

As greves e ações radicalizadas da classe ocorrem principalmente na região asiática da Rússia (Vladivostok, Kuzbass na Sibéria) e também na Rússia central. Nas concentrações industriais das grandes cidades (São Petesburgo e Moscou) ocorrem greves por empresa e o surgimento de comitês sindicais de fábrica. Também os estudantes lutam contra as reformas capitalistas na educação.

Nestas páginas nós publicamos os principais trechos de alguns artigos que recebemos de Moscou. Eles relatam basicamente as lutas, o ânimo e a organização dos trabalhadores, e também dos estudantes, que começam a cumprir um papel de ponta na crise social, política e econômica da Rússia capitalista.

France Presse

Clamor pelo Fora Bóris Yeltsin cresce na classe operária russa

Greves e sindicatos independentes

Ricardo Souza,
de Moscou

Sexta feira, 12 de junho é feriado na Rússia. Yeltsin decretou o "Dia da Independência da Rússia" e imaginem de quem?.... da ex-União Soviética. Seria somente uma piada de mal gosto, se neste dia os mineiros não tivessem saído de suas cidades e viajado ate Moscou para demonstrar que *"nada temos o que comemorar, pois estamos passando fome"*. Neste dia, os mesmos mineiros que apoiaram Yeltsin há sete anos agora gritam a plenos pulmões: Fora Yeltsin!

A manifestação foi convocada pelo sindicato NPG, o sindicato mineiro Independente que apoiou Yeltsin, este é o maior sindicato surgido das greves de 1989-91, mas vem sofrendo divisões.

Nesta ação também participa: o sindicato operário Defesa da mina Vorgashorskaia de Vorkuta, a segunda maior da Europa, e o sindicato *Unidade*, da mina Kuznetskaya de Kuzbass.

Nos apresentamos, (logicamente com um tradutor), e quando dissemos que eramos do Brasil fomos bem recebidos, obviamente não faltou falar de futebol, o Brasil acabara de ganhar da Escócia e todos nos cumprimentaram.

Falam muitos e as vezes todos ao mesmo tempo, o tradutor fica meio enlouquecido, organizamos a conversa. Então começa a falar Victor, dirigente do sindicato *Unidade* e explica *"Em um primeiro momento concordamos com as privatizações, pois pensamos que haveria investimentos. Entretanto a empresa austríaca que detém 60% das ações, coloca nos jornais que há investimentos, mas se você for às minas verá que estão sendo destruídas"*.

Sindicato luta pela reestatização de minas privatizadas

A Rússia possui três grandes regiões mineiras — Kuzbass, Rostov y Vorkuta. Além destas existem outras bacias em Sajalin, Cheliabisnk y Tula. Mas estas três regiões abastecem centralmente toda a Rússia, não somente de carvão mais também de outros minérios.

A situação das regiões mineiras contrasta com Moscou que é chamada de vitrine da Rússia. Em Moscou e São Petesburgo estão concentrados 80% do capital financeiro e 60% dos chamados investimentos, que na verdade são as privatizações que de imediato não produzem o fechamento da empresa.

Segundo as estatísticas o índice de desemprego é 2%. Entretanto, a maioria das cidades que estão ao redor das minas estão sendo destruídas pela falta de trabalho, pelos salários atrasados, pelo fechamento das minas e de fábricas.

E esse é o móvel central da luta que se politiza a cada dia, apesar do freio imposto pela burocracia dos sindicatos oficiais. As ações impulsionadas pela base dão a tônica da luta. Não há alternativa para essa gente que é obrigada a lutar, por isso radicalizam cada vez mais.

Este processo está levando a construção de novos sindicatos, um exemplo é o sindicato *Unidade* da mina de Kusnetskaya, que dirigiu a luta onde a direção da mina foi tomada como refém durante 10 dias.

O sindicato *Unidade* leva uma luta pela reestatização da mina Kusnetskaya. Na cidade de Kemerovo a justiça local anulou a privatização, retirando a mina do controle da empresa austríaca Procisten. Entretanto, o tribunal federal da Sibéria Ocidental anulou a decisão e prossegue uma batalha jurídica nas instâncias superiores, aliado ao processo de mobilização dos mineiros.

O sindicato *Unidade* faz um chamado para que outros sindicatos entrem com eles nesta batalha. A reconstituição do internacionalismo operário destruído pelo stalinismo e pela social-democracia, é uma possibilidade real, e aqui temos uma oportunidade concreta de realizá-lo.

Sob às ordens do Banco Mundial

Com a restauração do capitalismo e a privatização das minas as empresas imperialistas, para subir o preço do carvão, necessitam diminuir a produção, ou melhor, impedir que o carvão da Rússia chegue ao mercado mundial. Então compram as minas para depois fechar muitas delas.

Nisto, o governo Yeltsin divide tarefas com o grande capital, pois para acabar com o déficit público corta o subsídio à indústria do carvão, como "recomendação" do Banco Mundial.

Estamos assistindo a uma verdadeira destruição de homens e máquinas, ou seja de vida, e de um trabalho acumulado por gerações inteiras. Este é o resultado do processo de restauração sob o comando dos grandes monopólios. *(R.S.)*

RÚSSIA

Operários russos pedem solidariedade mundial

Dos operários da mina Kuznetskaya, a todos os sindicatos operários do mundo.

Os operários da AOZT mina "Kuznetskaya" (sociedade acionária de tipo fechada), se dirigem a vocês em busca de apoio moral e político, além da ajuda em nível internacional para que obtenhamos nosso direito legal.

Em 1991 a empresa estatal mina Kuznetskaya foi privatizada de forma ilegal, entregues as mãos privadas e transformada em uma AOZT. 60% das ações foram entregues a investidores internacionais. Chamá-los de investidores não corresponde. Durante o tempo de existência dessa empresa mista não foi investido nem um centavo em nossa mina.

Depois de três anos de existência começaram os atrasos no pagamento dos salários. No presente momento, temos atraso no pagamento dos salários que vem desde junho de 1995. A empresa também não paga qualquer tipo de imposto há quatro anos, não se paga a compensação dos inválidos há três anos.

Desde dezembro de 1995 os membros do coletivo operário várias vezes deflagraram greve de fome. Depois disso se seguiu uma demissão massiva de 168 pessoas. Nossa organização sindical conseguiu na justiça a reintegração de todos nos antigos postos de trabalho. Também organizamos piquetes e mobilizações que não deram nenhum resultado positivo.

Em 8 de janeiro de 1998, nosso coletivo, convencido de que nossos problemas não se resolverão de maneira legal, tomou de refém o diretor da mina e todo o antigo conselho administrativo, totalizando 24 pessoas. Depois disso, o poder começou a prestar atenção nos nossos problemas, mas até agora sem ações concretas para resolver a questão.

Os tribunais de arbitragem e de apelação da região de Kemerovo já se posicionaram pela ilegalidade do processo de privatização, mas, o tribunal de arbitragem da cidade de Tiumen colocou, reiteradamente, o caso em reavaliação. Nós não conseguimos ultrapassar este labirinto jurídico.

O regime de plantão não quer reconhecer a ilegalidade do processo de privatização. Embora a lei esteja do nosso lado e nós estejamos seguros de que conseguiremos devolver a empresa à propriedade estatal, precisamos de ajuda e esperamos recebe-la de vocês.

Do nosso sindicato não podemos esperar nada. O Sindicato Independente dos Trabalhadores da Indústria do Carvão nos expulsou do sindicato por não pagarmos as contribuições sindicais e nós fomos obrigados a registrar nossa organização como independente, que não se subordina a nenhuma outra, e chamá-la de *Unidade*.

Agora, estamos analisando a questão sobre o ingresso em qualquer organização internacional que defenda de verdade os direitos dos operários.

Com respeito e esperança de que vocês possam ajudar os trabalhadores da AOZT mina Kuznetskaya.

Unidade— organização sindical da AOZT mina Kuznetskaya

Arquivo

Mineiros russos voltaram a lutar

Enviar cartas de protesto para:

Tribunal Federal do Distrito da Sibéria Occidental
625000, Tiumen, ul. Volodarskovo, 48
Federação Russa
Presidente do Tribunal: Tolmachev Nikolay Vasilievich
Primeiro vice: Koloskov Anatoly Alexandrovich

Cópias das cartas para:

Zirianov Viktor Nikolaevich,
Presidente do Sindicato *Unidade*, Mina Kuznetskaya
652563 - Polisaevo, Kemerovskaya Obl.
ul. Krasnocelskaya d.8
Federação Russa

Estudantes lutam contra reformas na Educação

Aleksander Vlasov,
de Moscou

No dia 14 de abril teve lugar em várias cidades da Federação Russa a *Ação Estudantil de Protesto* contra as reformas no sistema educacional e em defesa do ensino público e gratuito. Em várias cidades, dezenas de milhares de estudantes saíram as ruas e em alguns casos se enfrentaram com as forças de repressão do Estado russo para expressar sua insatisfação com a proposta do governo de introduzir uma série de modificações no sistema educacional da federação.

Entre as modificações previstas estão a cobrança de anuidades pelo ensino e pela residência estudantil; a obrigatoriedade de cada instituto procurar seu "patrocinador", ou seja, empresas privadas que financiem este ou aquele curso com o objetivo de explorar mais tarde mão-de-obra barata; a cobrança de taxas especiais pelo simples uso da biblioteca; redução em até 10% do corpo docente em todo o país; redução em 30% do salário estudantil que hoje está em torno de 80 rublos (cerca de 13 dólares) e muito mais.

Qualquer semelhança entre a reforma no sistema educacional russo e as reformas levadas a cabo em uma série de outros países, inclusive o Brasil, não são mera coincidência. São parte das exigências feitas pelo FMI para a liberação de créditos. Para receber os cobiçados créditos ou "investimentos" internacionais, a Rússia deve controlar o déficit do orçamento e equilibrar as finanças e para isso tem que cortar em algum lugar. Resolveu cortar na Educação.

A mobilização do dia 14 foi sem dúvida a maior dos últimos anos e não passou sem enfrentamentos sérios entre estudantes e policia. Em Ekaterimburgo, por exemplo, cidade da região dos Urais, o enfrentamento entre estudantes e forças especiais da polícia resultou em vários feridos, alguns com traumatismo craniano. Os estudantes russos têm uma forma muito particular de organizar mobilizações: as palavras de ordem, cartazes e faixas vão sendo criadas pelos estudantes durante o próprio percurso da marcha. No início da mobilização se liam cartazes do tipo: *"Quero comer"* e *"Onde está vossa vergonha?"*. Já ao final, tinham evoluído para: *"Hoje com cartazes, amanhã com armas!"*, *"Abaixo a democracia burguesa!"* e outros não menos significativos.

De fato, a situação de verdadeira miséria em que se encontram os estudantes russos chegou a um ponto onde uma explosão social é simplesmente inevitável. Encontrar emprego é uma tarefa bastante complicada para qualquer pessoa hoje na Rússia e se torna quase impossível para estudantes que tem, como a maioria, seis ou oito horas diárias de aulas. Aqueles que estudam em sua cidade de origem ainda podem contar com a ajuda da família, mas esse, infelizmente, não é o caso mais comum.

De outro não dá para confiar na atual direção da Federação Nacional de Sindicatos Estudantis Independentes. Essa direção é muito burocrática, pró-Yeltsin e acabou de chamar os estudantes a confiarem no novo primeiro ministro nomeado por Yeltsin.

PERNAMBUCO

Dirigentes da greve na PM são perseguidos

Asdrubal Barbosa,
da redação

Agência Lumiar

PMs durante greve do ano passado, no Recife

Em 17 de julho do ano passado os policiais militares de Pernambuco começaram uma greve com uma pauta de reivindicação exclusivamente econômica. Porém, um dia antes do início da greve, o Comando Geral da Polícia Militar sequestrou e prendeu 13 diretores da Associação de Cabos e Sargentos (ACS) e dois delegados de base.

Não deu outra. A greve começou com muita força e transformou-se em greve política. As reivindicações passaram a ser: liberdade de expressão, direito de greve, direito de autonomia da classe. A greve foi uma vitória total: os presos foram libertados em menos de 48 horas, e um aumento salarial (45,7%) foi conquistado.

Apesar da vitória, logo depois da greve, o governo de Miguel Arraes passou a perseguir os principais dirigentes da categoria. Em agosto, 13 PMs estavam presos pela participação na paralisação. Outros foram transferidos para zonas de alta periculosidade. Por exemplo, locais controlados pelo tráfico onde podem ser assassinados e os traficantes responsabilizados.

A maioria da diretoria da ACS resolveu servir como força auxiliar à repressão governamental, alteraram os estatutos tirando o direito de voto dos sócios nas reuniões do colegiado e negaram apoio aos PMs presos por perseguição política.

Frente a isso, foi organizado um grupo de oposição denominado *Democracia, Compromisso e Luta* formado por diretores da entidade e por ativistas do movimento.

Com isso a perseguição aumentou. O PM Edson João da Silva, o Axé, diretor da ACS, foi afastado da PM. Os soldados Gesi, Veloso e Renato Ribeiro, diretores da ACS; Mattos, delegado de base; Fernandes e o cabo Gilson; foram presos por 21 dias, além dos Sargentos Michel e Ricardo que foram excluídos da corporação.

A diretoria da ACS, no Boletim Geral do Comando da PM, declarou que não tinha nenhuma ligação com os perseguidos e se solidarizou com o comando da corporação, além de abrir processos internos para exonerar e desfiliar os perseguidos da Associação.

Com isso, foi iniciada uma campanha de solidariedade nacional aos PMs perseguidos pelo governo Arraes. Pedimos a todos os sindicatos de trabalhadores, associações de cabos e sargentos e entidades estudantis que enviem fax, telegramas e mensagens ao governo de Pernambuco exigindo o fim das perseguições.

PSTU cede legenda para dirigente da greve

Dentro do espírito de solidariedade e de luta e contra a perseguição destes companheiros, o PSTU cedeu legenda para o companheiro Edson Axé, para que ele possa se candidatar a deputado estadual e denunciar todas as irregularidades que ocorrem na Polícia Militar de Pernambuco.

Edson foi um dos dirigentes da greve do ano passado, fez parte do Comando de Mobilização, foi afastado da Polícia Militar e hoje é membro da Oposição à diretoria da Associação de Cabos e Sargentos, *Democracia, Compromisso e Luta*. (A.B.)

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Vila Mariana - São Paulo - tel (011) 549-9699 / 575-6093
Alagoinha (BA): Rua Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105
Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans, 491 sala 105
Belém (PA): Travessa 3 de Maio, 1807 - São Brás - tel (091) 249-1639
Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, sala 201
Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - tel (061) 225-7373
Diadema (SP): Praça dos Cristais, 6 sala 3 - Centro
Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro
Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972
Goiânia (GO): (062) 225-6291
Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita
Maceió (AL): Rua Minas Gerais,197/2 - Poço
Manaus (AM): Rua Emílio Moreira 821 - Altos Centro - tel (092) 234-7093
Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro
Ouro Preto (MG): Rua São José, 121 Ed. Andalécio sala 304 - Centro
Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063
Porto Alegre (RS): Rua Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro
Recife (PE): Rua Leão Coroado, 20 - 1° andar - B. da Boa Vista
Ribeirão Preto (SP): tel (016) 637-7242
Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689
São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho, 64
São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845
São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53
São Luís (MA): tel (098) 246-3071
São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416
Terezina (PI): Rua Lizandro Nogueira, 1655 sala 02 - Centro

O endereço da nossa home page é:
pstu.home.ml.org

Nosso E-Mail é:
[illegible]

PSTU
jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92